

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 25 A 31 DE AGOSTO DE 1981
Nº 159 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU
José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

CONCLAT MARCA 1º DE OUTUBRO PARA DIA NACIONAL DE LUTA

A realização de uma "jornada nacional de luta", marcada para o dia 1º de outubro, com paralisação do trabalho, assembléias, atos públicos e outras formas de luta contra a crise e o desemprego foi a última decisão tomada pelos participantes da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1ª Conclat), encerrada domingo à noite em Praia Grande (SP). A "jornada nacional de luta" será coordenada pela comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores), formada por 54 sindicalistas eleitos no encontro, encarregados também de organizar um novo congresso de trabalhadores, para agosto de 1982, quando será constituído o organismo intersindical nacional. No dia 1º de outubro, as diferentes categorias de trabalhadores deverão realizar paralisações e protestos de acordo com o seu grau de organização e mobilização, ao mesmo tempo em que a comissão pró-CUT encaminhará ao governo as reivindicações contidas nos seis documentos aprovados na 1ª Conclat. Se até o dia 16 de outubro o governo não se manifestar em relação às reivindicações trabalhistas, a comissão pró-CUT estudará a possibilidade de convocação de uma greve geral no País. (FSP - 25/8/81)

TRABALHADORES FAZEM VIGÍLIA EM SÃO BERNARDO (SP)

Com o comparecimento abaixo da média de assembléias anteriores realizadas no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, cerca de 1 mil trabalhadores desempregados decidiram ontem realizar uma vigília dentro do sindicato, em atenção ao julgamento - pelo STM - do recurso dos sindicalistas condenados pela Lei de Segurança Nacional, na última greve, entre os quais Luís Inácio da Silva, Lula. Jair Meneguelli, presidente do sindicato, disse que os trabalhadores não devem esperar pela promessa do Presidente da República de mais três anos de crise e a melhora da situação a partir de então: Depois desses três anos, virá outro presidente que pedirá novo prazo. Acrescentou que está reclamando do Ministro do Trabalho soluções para o problema do alto índice de desemprego que se registra na região. O Prefeito Tito Costa, de São Bernardo, disse que enviará à Câmara dos Vereadores, nos próximos dias, projeto de lei estabelecendo moratória de pagamento do imposto predial territorial para os trabalhadores desempregados. Já o Deputado federal Benedito Marcílio (PMDB) disse que "se o Governo não socorrer os desempregados, que já passam fome, o único jeito será mesmo saquear os supermercados". O deputado propôs, também, que os trabalhadores façam passeatas nos bairros e coloquem uma tarja preta nas roupas e panos pretos nas janelas no próximo dia 7 de setembro, "um dia de luto nacional, porque enquanto o trabalhador estiver passando fome não há independência neste país". A diretoria do sindicato anunciou, na concentração, a disposição de retomar as reuniões em bairros, nos moldes da campanha salarial e da mobilização realizada em épocas próximas aos dissídios da categoria. Agora, os desempregados serão preparados para realizar uma concentração, em data a ser fixada, defronte à Delegacia Regional do Trabalho ou do Palácio dos Bandeirantes. (JB - 31/8/81)

400 PARAM POR UMA HORA NA SAAB-SCANIA

Cerca de 400 ferramenteiros da Saab-Scania, localizada em São Bernardo do Campo (SP), paralisaram suas atividades por uma hora na madrugada de ontem, "em protesto contra ameaças de demissões", que, segundo os empregados, estão sendo feitas pelas chefias. (ESP - 28/8/81)

LULA CONTRA IDÉIA DE ELIMINAR HORA EXTRA

O presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, criticou ontem, em Belo Horizonte, a proposta da Fiesp de reduzir as horas extras para aumentar o nível de emprego. Para o líder metalúrgico, a proposta "é uma piada de mau gosto porque eles propõem o fim da hora extra exatamente no momento em que não existe hora extra". Lula acredita que a proposta foi colocada pela Fiesp para mostrar à opinião pública que "os empresários são bonzinhos". Observou que esta atitude vem sendo tomada ao longo dos anos pela entidade, mas confiou em uma tomada de posição pelos dirigentes sindicais, contrária à medida. Segundo Luís Inácio da Silva, a redução da jornada de trabalho pelas empresas também não é uma questão econômica e sim uma omissão das indústrias em não saberem administrar a crise. Argumentou que não conseguiu entender a postura de uma empresa em São Bernardo do Campo, "que atravessando grande crise pagou seis salários adiantados aos operários". (FSP - 29/8/81)

COBRADORES DE ÔNIBUS REAGEM À SUGESTÃO DE MINISTRO

"Se a medida anunciada pelo Ministro dos Transportes - de acabar com a figura do cobrador - foi implantada, poderá ser deflagrada uma greve nacional na área de transportes". A afirmação é do presidente do Sindicato dos Rodoviários do Rio, que interpretou a alternativa, sugerida pelo Ministro dos Transportes, de adotar a tiquetagem e roletas automáticas em ônibus, como uma "ameaça de desemprego para 12 mil cobradores do Estado e quase 100 mil do país". Ontem pela manhã, cerca de 200 cobradores foram à sede do Sindicato para protestar contra a declaração do Ministro dos Transportes de exigir que a diretoria do Sindicato se manifestasse. À tarde, Sebastião Ataíde anunciava para amanhã uma reunião com os dirigentes rodoviários de todo o país, quando será lançada a idéia do CGTT (Comando Geral dos Trabalhadores em Transportes), e será discutida a questão dos cobradores e da redução da jornada de trabalho. (JB - 26/8/81)

PROFESSORES DE SC TAMBÉM FAZEM GREVE

Os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, decidiram ontem paralisar suas atividades em apoio aos dez mil estudantes que desde quinta-feira estão em greve. A paralisação, segundo o presidente da Associação dos Professores da UFSC, Raul Guenther, visa a abrir um espaço para que se efetivem as negociações entre a direção da Universidade e os estudantes que apresentaram ao reitor, Ernâni Bayer, uma pauta de reivindicações contendo três itens. Um refere-se à suplementação de verbas, outro reivindica melhores condições de ensino e o terceiro pede de democratização na Universidade. (ESP - 29/8/81)

GREVE CONTINUA NO HSPE, MESMO COM NOVO DIRETOR

Os médicos e residentes do Hospital do Servidor Público do Estado (HSPE - SP), decidiram prosseguir o movimento grevista - os médicos estão parados há 26 dias, e os residentes, há 37 -, apesar da nomeação do dr. Mozart Tavares de Lima, que conta com o apoio deles, para o cargo de diretor-clínico do hospital. Essa decisão foi tomada por acreditarem que a nomeação de Tavares de Lima não eliminará a possibilidade do superintendente do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado (Iamspe), cometer "novas arbitrariedades". Por esse motivo, diretores da Associação dos Médicos do Iamspe (Amiamspe) consideram necessária a execução de uma reforma nos estatutos do instituto, retirando de seu superintendente qualquer possibilidade de interferir na administração do HSPE. (FSP - 29/8/81)

TRABALHADORES RURAIS

CONTAG DENUNCIA À OAB A GRAVE SITUAÇÃO RURAL

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, disse ontem, em depoimento na Comissão de Direitos Humanos da OAB no Rio, que "a situação atual dos trabalhadores rurais do País é tão problemática que ninguém pode prever o que irá acontecer no setor nos próximos oito ou dez meses". Segundo ele, "está aumentando o número de desempregados rurais, que além disso já começam a ter a companhia dos que estão fugindo do desemprego das cidades". "Não temos ainda número do problema", disse José Francisco, "mas as federações estaduais têm levantado o assunto com frequência, sobretudo no que diz respeito à inversão do êxodo rural, hoje uma realidade de principalmente em São Paulo". Segundo o presidente da Contag, o Brasil tem 14 milhões de trabalhadores rurais. Deles, oito milhões são assalariados e destes, 6,5 milhões são bóias-frias. Na classe, existem 11,5 bilhões de famílias e 9 milhões delas não possuem "um palmo de terra para trabalhar". "A saída para este povo está numa reforma agrária drástica, já que em nosso país, 78% das terras cadastradas pertencem a latifúndios, cada vez mais poderosos política e financeiramente. Se a reforma não for possível, que o governo pelo menos faça uma revisão na sua política econômica, com ênfase especial na política agrícola e apoie o maior ao pequeno agricultor. O Ministério do Trabalho, no nosso modo de entender, é impotente para resolver o problema", completou. O presidente da Contag fez um relato dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais no ano passado, narrados em seu livro "As Lutas Camponesas no Brasil", lançado ontem, pela Editora Marco Zero. O presidente da OAB, Bernardo Cabral, disse que "todas as acusações contidas no livro-relatório e colhidas no depoimento de José Francisco serão levadas ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em Brasília, na próxima reunião". (FSP - 29/8/81)

INTERVENÇÃO POLICIAL JÁ É ADMITIDA EM RONDA ALTA

A possibilidade de o governo promover uma intervenção policial no acampamento que 326 famílias de colonos gaúchos estão mantendo na localidade de Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, distante 360 quilômetros de Porto Alegre, foi admitida ontem pelo tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, caso for comprovado, segundo ele disse, que esse acampamento está sendo usado por objetivos políticos. (ESP - 25/8/81)

PADRES DÃO APOIO AOS SEM-TERRA

Contrariando recomendação do cardeal-arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, um grupo de 120 padres rezou ontem, no acampamento dos agricultores sem-terra, em Ronda Alta (RS), uma missa e divulgou um documento de solidariedade ao movimento daqueles lavradores. Os padres, que chegaram acompanhados por quatro deputados do PMDB e dois representantes da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, foram obrigados a se submeter a uma exaustiva identificação por parte de 50 policiais federais, antes de serem admitidos no acampamento dos sem-terra, à beira da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta. (FSP - 25/8/81)

As forças políticas de Pernambuco entrarão em ebulição ~~agora em setem-~~bro, em torno do dissídio dos camponeses, trabalhadores da cana-de-açúcar, numa luta que envolve de um lado, 42 sindicatos rurais e seus 240 mil associados, os Partidos de Oposição e a Igreja, e de outro os usineiros, os fornecedores de cana, os movimentos centristas e o aparato governamental de repressão. Mesmo com 70% dos camponeses da região açucareira do Estado constituídos por bóias-frias, os 240 mil trabalhadores rurais da área se encontram em plena preparação para a campanha salarial deste ano. Eles reivindicam, entre outras coisas, a unificação de salários em toda a Zona da Mata, o cumprimento da chamada Lei de Sítio, Carteira assinada para todos, o fim das fraudes observadas nas balanças distribuídas nos engenhos, e maior segurança nos meios de transporte. (JB - 30/8/81)

GOVERNO MANDA TROPAS PARA DESAPROPRIAR FAZENDAS EM GOIÁS E TENSÃO AUMENTA

As propriedades agrícolas da região de Alto Paraíso, na chapada dos Veadeiros, em Goiás, onde nasce o rio Tocantins, estão desde terça-feira última ocupadas por soldados da Polícia Militar para garantir a desapropriação de 22 mil 380 hectares, decidida pelo Governador. Na região, que é cerrado com poucos recursos hídricos, vai ser implantado pelo Governo estadual o Projeto Alto Paraíso, destinado principalmente ao cultivo de frutas europeias como figo, pêssego, ameixa, marmelo, maçã, uva e pêra. A presença dos militares torna tensa a região, uma vez que os agricultores não querem sair de suas terras, porque não receberam indenização, nem têm previsão disso e só uns poucos podem fazer mudança imediatamente. Os agricultores reclamam também da maneira como foi feita a desapropriação, publicada em 8 de maio deste ano no Diário Oficial de Goiás, de surpresa, sem que os atingidos fossem notificados. Além disso, reclamam também da falta de um prazo elástico para mudarem-se com suas famílias, máquinas, equipamentos e animais. Segundo eles, constitui-se num absurdo jurídico o fato de as propriedades terem sido ocupadas militarmente apenas 100 dias depois da publicação do ato de desapropriação, e sem que se tenham definido as indenizações. O Sr. Caetano Rubino, por exemplo, está com vontade de levar seus 4 mil nelores de raça "para pastarem no gramado da Esplanada do Ministérios, em Brasília". Ele garante que não vai mandar seus reprodutores com pedigree para o matadouro. (JB - 31/8/81)

AGRICULTORES EXIGEM RAPIDEZ NA INDENIZAÇÃO

Cerca de mil agricultores, que perderão suas terras em consequência da formação do lago da hidrelétrica de Itaipu (PR), deram ontem um prazo de 30 dias para que a empresa binacional conclua todas as indenizações. O prazo foi anunciado durante uma reunião entre a assessoria jurídica da Itaipu Binacional e representantes dos colonos, depois de uma rápida passeata realizada pelos agricultores do município de Santa Helena que temem ser esquecidos diante da proximidade do prazo dado pela empresa para a desocupação da área. Os colonos advertem que, se não forem atendidos, poderão reativar a atuação do movimento "Justiça e Terra" que, segundo eles, continua forte. (FSP - 26/8/81)

TIROS, INCÊNDIOS - POSSEIROS DE BERTIOGA (SP) ATACADOS OUTRA VEZ

Atos de violência que se sucedem há nove anos voltaram a se registrar no fim de semana no sítio Itapanhaú, em Bertioiga, contra posseiros que ocupam e se dizem donos de terras reclamadas na Justiça pelo deputado

federal Herbert Levy. Desta vez, desconhecidos incendiaram a casa de Antônio Agostinho da Silva, balearam Sebastião Dias, agrediram Amâncio da Costa e ainda ameaçaram destruir um barraco de Irene dos Santos, numa ação que, segundo as vítimas, foi comandada por José Flávio Romero Gomes, dela participando jagunços que vivem em barracos nas terras das "Praias Paulistas", uma empresa de loteamentos. (ESP - 25/8/81)

FLAGELADOS SAQUEIAM EM PERNAMBUCO DOIS ARMAZÊNS E UMA LOJA

Cerca de 2 mil flagelados, famintos, saquearam dois armazéns e a feira da cidade sertaneja de Sertânia, a 312 quilômetros de Recife, após fracassarem as tentativas de contato com o Prefeito que, sem condições de atender às suas reivindicações, se refugiou na Fazenda Carualina, a 80 quilômetros do centro do município. Eles exigiram aos gritos, na porta da Prefeitura, que lhes fornecessem alimentos. Não foram atendidos e dirigiram-se aos armazéns localizados na área. Os 22 soldados do destacamento de Sertânia não intervieram. (JB - 29/8/81)

ÍNDIOS

BARRAGENS ATINGIRÃO 55 ALDEIAS INDÍGENAS

As 21 hidrelétricas em construção ou projetadas na Amazônia Legal deverão atingir direta ou indiretamente pelo menos 27 mil índios, de acordo com um trabalho concluído pela Funai e a Eletronorte. Somente a barragem que será construída no rio Madeira, segundo os levantamentos preliminares, poderá exigir o deslocamento de 5.946 indígenas de 55 aldeias e a barragem da hidrelétrica Santo Antônio Contingo, em Roraima, atingirá 3.950 índios de 58 aldeias. O levantamento divulgado em Brasília revela que o complexo de Altamira, no Pará, deverá provocar a inundação de algumas reservas habitadas por índios caiapós, inclusive a aldeia do Rio Jarina, perto do Parque Nacional do Xingu, além dos grupos cararao e arara, este último ainda em fase de atração. A hidrelétrica que será construída na bacia do Rio Negro, com um cronograma de execução previsto para o período 1990-1994, envolverá uma região habitada atualmente por pelo menos oito grupos indígenas ainda isolados, que não tiveram qualquer contato com os brancos. (ESP - 25/8/81)

DEPOIS DE 60 ANOS CONTINUA LUTA DOS CRENAQUES PELA TERRA

O juiz Leovigildo da Silva Forte Júnior, da comarca de Resplendor, deve dar hoje a sentença na ação movida pelo fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda contra os índios crenaques, aos quais acusa de terem invadido as terras dele. Ontem, o juiz ouviu oito testemunhas arroladas pelo fazendeiro e hoje ouvirá o advogado e o delegado regional da Funai, que representam os índios. A ação deu entrada na Justiça de Resplendor em novembro do ano passado e, através dela, o fazendeiro, conhecido por Weismann, tenta manter a posse de 13 alqueires de terra que foram recuperadas pelos índios em maio de 1980, depois de eles estarem afastados de lá desde 1972, quando foram transferidos pela Funai para a fazenda Guarani. A região, nas margens do rio Doce, em Minas Gerais, era habitat dos Crenaques que, em 1920, receberam 4 mil hectares em doação do governo federal. Em 1958 eles foram retirados de lá pela primeira vez, mas retornaram pouco tempo depois, a pé. Em 1972, foram transferidos para a fazenda Guarani e, no ano passado, resolveram retornar. (ESP - 27/8/81)

ATO PÚBLICO EM FAVOR DE MANGUEIRINHA

Os bispos d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, e d. Tomás Balduino, de Goiás Velho, e também os índios Marcos e Domingos Terena, representando a União das Nações Indígenas, estarão presentes na próxima quinta-feira em ato público a ser realizado em Curitiba com objetivo de pressionar a Justiça a decidir em favor dos índios de Manguueirinha, no interior do Paraná, no caso da área de 3.707 alqueires de terra que vem sendo disputada entre a Funai e a madeireira Slaviero. O ato foi marcado pelo Comitê Nacional Pró-Manguueirinha, instituído durante a última reunião da SBPC. O ato público tem ainda a finalidade de exigir da Funai que recorra ao Supremo Tribunal Federal caso a sentença do TFR for novamente desfavorável aos índios. O comitê organizou ainda, com os mesmos objetivos, atos públicos em Brasília e São Paulo. (ESP - 28/8/81)

HOSPITAL INDÍGENA COM DIFICULDADES FINANCEIRAS

Único hospital indígena no País especializado no combate à tuberculose a Missão Evangélica Caiuá completou ontem 53 anos de fundação e, segundo a diretora da instituição em Dourados, Loyde Bonfim Andrade, isso ocorre no momento em que passa por grave crise financeira, com prejuízos para o trabalho assistencial. Seus convênios são apenas com a Funai "e as verbas não têm sido suficientes para manter o atendimento, sendo necessária a utilização de verbas do governo do Estado". Mas o governo ainda não confirmou a assinatura do convênio proposto no ano passado para o funcionamento da nova unidade, com capacidade para 60 pessoas, além dos 40 leitos que possui atualmente. (ESP - 29/8/81)

CAXINAUÁ SOFREM COM SARAMPO: 6 CRIANÇAS MORTAS

A Funai informou ontem que seis crianças índias do grupo Caxinauá, que vive no Acre, morreram em consequência de uma gripe que está atacando também os velhos. A Funai nada informou sobre as providências adotadas para combater o surto de gripe. Os índios Caxinauá já vivem em contato permanente com os brancos, trabalhando nos seringais do Acre. (FSP - 25/8/81)

O "BRILHANTE" RACIOCÍNIO DO CORONEL "DONO" DA FUNAI

O coronel-presidente da Funai, comentando ontem em Belém do Pará o que ele próprio considerou um excesso de reservas existente atualmente no País, que eram 86 em 1973 e se elevaram para 256 até o ano passado, admitiu a seguinte explicação para o fenômeno: "Das duas uma. Ou o antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi ineficiente e depois houve uma eficiência muito grande da Funai, ou então houve má fé da Funai e eficiência do SPI". No entender do coronel Nobre da Veiga, que abordou a questão durante um debate na reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, após vários governadores e representantes de governos da Amazônia terem criticado os critérios adotados para a criação de algumas reservas, o excesso de áreas destinadas exclusivamente às populações indígenas seria resultado de más administrações anteriores. (ESP - 28/8/81)

JURUNA DISCURSA PARA VEREADORES

"O índio não deve continuar sendo tratado como o foi no passado, quando foi massacrado, empurrado, afastado e teve suas terras roubadas. Está na hora do governo ajudar o índio, dando-lhe trabalho, educação, escola, hospital, recursos para agricultura e informações". As afirmações são do cacique Mário Juruna, que visitou ontem a Câmara Municipal de

São Paulo e fez um discurso, onde também pediu o auxílio dos políticos que, segundo ele, não devem se afastar do povo depois de eleitos. (FSP - 26/8/81)

ÍNDIO AGREDIDO POR QUERER OUVIR MÚSICA

O índio Antônio Boaventura, da tribo gavião, do Maranhão, foi espancado com barras de ferro por dois homens em Salvador, dentro da loja Renovam Comércio de Discos Ltda., na Baixa dos Sapateiros. A agressão ocorreu no início da noite de anteontem, quando o índio se dirigia ao quartel central do Corpo de Bombeiros, onde faz as refeições. Boaventura está na capital baiana há uma semana, junto com mais seis índios gavião - três homens e três mulheres. Testemunhas da agressão contaram ontem que o índio entrou na loja atraído pela música que tocava em uma das vitrolas e teria apanhado um dos discos expostos na prateleira para olhar. A proprietária da loja protestou e, logo que começou a discussão, dois funcionários foram convocados para expulsá-lo. Ainda segundo as testemunhas, o índio não ofereceu qualquer resistência. (ESP - 29/8/81)

MOVIMENTOS POPULARES

BAIANOS MANTÊM PROTESTO E APEDREJAM MAIS ÔNIBUS

Pelo menos 149 ônibus - levantamento em 5 empresas - foram apedrejados, ontem, em ações isoladas nos bairros de Salvador, em protesto contra o aumento de 61% nas passagens dos transportes coletivos, enquanto tropas da Polícia Militar ocupavam as principais ruas do centro da cidade. Na Praça Municipal, em frente à Prefeitura, a polícia dissolveu aglomerações com bombas de gás lacrimogêneo. À porta da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, mais de 400 estudantes realizaram manifestação contra as prisões feitas pela Polícia Federal. (JB - 27/8/81)

MOVIMENTO CONTRA CARESTIA REÚNE 300 NA PRAÇA DA SÉ (SP)

O Movimento contra a Carestia reuniu ontem aproximadamente 300 pessoas, no Dia Nacional de Luta contra a Carestia, na praça da Sé, para pleitear a não elevação da taxa de 8% de contribuição para o INPS e a manutenção do atual critério para aposentadoria. Os participantes, na maioria estudantes, seguiram posteriormente em passeata rumo à praça Ramos de Azevedo, sem qualquer repressão, sob os olhares indiferentes dos transeuntes. Os manifestantes reivindicaram também o congelamento das tarifas de ônibus e dos preços dos alimentos básicos; desconto de 50% nas tarifas para trabalhadores que ganham até três salários mínimos; e passe-livre para desempregados. (FSP - 28/8/81)

IGREJA

BISPOS REAGEM CONTRA A ACUSAÇÃO DE PASSARINHO

Diversos cardeais, arcebispos e bispos, em todo o País, reagiram energeticamente às declarações do senador Jarbas Passarinho, que acusou "uma parcela da Igreja progressista que fez uma opção pelo socialismo" de

"mandar invadir terras" em várias regiões do País. Em Fortaleza, o cardeal Aloísio Lorscheider declarou estranhar "muito a declaração do senador", acrescentando: "Nunca ouvi dizer que houvesse padres ou bispos liderando invasão de terras. Considero uma acusação muito estranha, para a qual o senador deve trazer também as provas". O arcebispo de Aparecida do Norte, cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, considerou uma bobagem as palavras do presidente do Congresso, que - em sua opinião - falou como "um menino, um rapazola". O bispo auxiliar da Zona Leste de São Paulo, dom Angélico Sândalo Bernardino, referiu-se ao parlamentar pedessista como "Coronel" e afirmou que Passarinho "não está a par daquilo que é a ação global da Igreja". Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, declarou que as denúncias do senador "são acusações de má fé, e há necessidade de se apresentar provas". Também o bispo de João Pessoa, dom José Maria Pires - "dom Pelé" - pediu que Passarinho apresente provas para suas acusações: "Se ele não conseguir dar essas indicações - disse -, o depoimento dele deve ser considerado pelo menos leviano". (FSP - 31/8/81)

CEBs FAZEM REUNIÃO EM SÃO PAULO

Na primeira concentração de Comunidades Eclesiais de Base da região do ABC, cerca de 5 mil pessoas decidiram ontem que as CEBs devem intensificar a luta contra o desemprego junto aos sindicatos e movimentos populares. O encontro, no Ginásio do Baetão, em São Bernardo (SP), estendeu-se ao longo do dia, acompanhado pelo Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes. Preparada durante 4 meses, a reunião das CEBs - perto de 140, segundo os organizadores - centralizou a discussão sobre os temas Desemprego, Libertação da mulher e força do povo unido e organizado. Dom Cláudio Hummes falou na abertura e encerramento, insistindo na necessidade de organização do povo, onde as CEBs "não devem ser grupos isolados". Além disso, reafirmou a tese do último documento da CNBB, ao frisar que "desenvolvimento social deve ser prioritário e não pode ser sacrificado pelo desenvolvimento econômico". Às 8 horas, a concentração das CEBs decidiu enviar uma comissão ao Estádio de Vila Euclides, onde às 10 horas, haveria uma assembleia de desempregados. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Jair Meneguelli, estava no ginásio e seguiu com a comissão, que foi a pé cantando e erguendo uma faixa "operários cristãos unidos na luta por um mundo mais justo". Simultaneamente, as CEBs iniciaram, no ginásio, a discussão dos três temas do encontro, com uma inovação: as costumeiras palestras foram substituídas por encenações teatrais, com música e ativa participação do público. Quem esteve no Ginásio do Baetão não teve que ficar ouvindo longas palestras. Cada tema era apresentado em forma de peça de teatro, com 15 minutos de duração. O grupo de Vila Luzitã mostrou o drama do desemprego. O "patrão" sempre exibia aos empregados um assustador "demônio" vestido de preto e capa vermelha, com rosto pintado e um enorme fação vermelho: era o "desemprego". Cada operário que tentava reagir era golpeado pelo "demônio" e a platéia reagia com vaias. O final da peça mostrou a necessidade de organização dos trabalhadores, persistindo em cena o "patrão" engravatado abraçado ao "demônio" do desemprego. (JB - 31/8/81)

D. PAULO ALERTA PARA A DESCRENÇA POPULAR

"Uma política nacional profundamente patriótica não pode depender de eventualidades e casos: ou o povo participa e então ele também será criativo, ou o povo é sujeito a casuismo e se tornará descrente", afirmou, ontem, o Cardeal Paulo Evaristo Arns, ao comentar o documento "reflexão cristã sobre a conjuntura política", elaborado pelo Conselho Permanente da CNBB. Indagado sobre as advertências de que a abertura pode ser comprometida por incidentes, como o de Salvador, D. Paulo observou que es-

ses episódios "não devem ser explicados como manobras de forças ocultas e sim como uma consequência do desassossego do povo que sofre muito mais com o desemprego do que se costuma publicar". Segundo o Cardeal, o documento da CNBB "estava sendo esperado. Houve, da parte de São Paulo, na reunião de Coordenadores e Bispos, um pedido expresso ao secretário-geral da CNBB, D. Luciano, de que fosse formulado um documento em que se visse a abertura política e a abertura econômica, ligadas entre si, sobretudo em relação ao desemprego, e em que se visse a correspondência da nação diante desse impasse histórico". (Ver última página) (JB - 30/8/81)

POLÍTICA NACIONAL

OAB LEMBRA ATENTADOS QUE MATARAM D. LIDA

Missas e solenidades, realizadas em diversas capitais do País, marcaram ontem a passagem do primeiro aniversário dos atentados ocorridos no Rio, que provocaram a morte da secretária da Ordem dos Advogados do Brasil, da. Lida Monteiro da Silva, e a invalidez do funcionária da Câmara Municipal do Rio, José Ribamar Sampaio Freitas. No Rio, o filho de da. Lida, Luís Felipe Monteiro Dias, expressou sua "revolta contra o aparato jurídico-militar que me impediu de chegar à verdade e aos criminosos" e o seu "medo de que a impunidade caia no esquecimento". (FSP - 28/8/81)

STM JULGA A APELAÇÃO DE LULA

O Superior Tribunal Militar vai julgar na próxima quarta-feira, em sessão que começa às 13 horas e 30 minutos, a apelação do presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, Lula, e de mais dez sindicalistas incursos no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional e condenados pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, por terem liderado a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em abril do ano passado. Lula está condenado a 3 anos e 6 meses de reclusão, juntamente com Djalma de Souza Bom, Enilson Simões de Moraes Moura, e Rubens Teodoro Arruda, José Maria de Almeida, Osmar Santos de Mendonça, Juraci Batista Magalhães, Manoel Anísio Gomes e Gilson Luís Correia de Menezes estão condenados a dois anos e 6 meses de reclusão, enquanto Nelson Campanholo e Wagner Lino Alves estão condenados a 2 anos. Só José Cicoti e José Timóteo da Costa foram absolvidos. (FSP - 30/8/81)

OUTRAS

IBGE DIZ QUE ATÉ JULHO DESEMPREGADOS ERAM 917 MIL

Dos 11 milhões 148 mil 700 trabalhadores de seis regiões metropolitanas brasileiras, 8,22% - ou 917 mil pessoas - estavam desempregadas em julho último, 189 mil a mais do que em julho do ano passado, segundo dados divulgados ontem pelo presidente do IBGE. O índice de desemprego cresceu, em um ano, 1,69%. (JB - 27/8/81)

CNBB APONTA SOLUÇÕES PARA CRISE

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em documento intitulado "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", aprovado ontem por unanimidade, afirma que "a superação dos riscos que a meaçam a presente conjuntura depende de decisões imediatas e viáveis, que devem ser tomadas com urgência", descrevendo-as:

"No campo político, a garantia definitiva de que será aceita a vontade popular nas eleições; no campo ético, o pacto de não-revanchismo, que não exclui a reparação de direitos imprescritíveis; no campo social, a solução do problema do desemprego, a contenção do êxodo rural, a superação do iminente colapso do sistema da Previdência Social."

O documento defende "o diálogo leal, franco, desarmado de preconceitos" como "o melhor caminho para somar esforços", e assinala que "é indisponível, neste momento, desarmar os espíritos e protagonistas, desativar quaisquer intenções de retaliação, com uma atitude de humildade e de conversão necessária a todos, inclusive à Igreja".

"Para a instauração e manutenção da democracia, não bastam eleições livres. É preciso ainda criar condições para que o povo se organize (...) Uma massa desorganizada e insatisfeita corre os maiores riscos de explorações irracionais e violentas, induzidas por qualquer aventureiro. Por isso, apoiar a organização do povo, e não mantê-la sob suspeitas, é decisivo para preservar a racionalidade do encaminhamento pacífico das mudanças que se impõem", observa o documento.

Negando qualquer ambição ou pretensão político-partidária, a Igreja se apresenta como instituição "profunda e diretamente interessada no processo de democratização" pois "a democracia, com efeito, como forma legítima de ordenação política da sociedade, é um dos requisitos indeclináveis da liberdade e da dignidade humana, defendidas pela ética cristã".

O documento critica também as opções da política econômica dos últimos anos que, segundo a CNBB, são "opções autoritárias". Conduziram o País a metas "pelas quais o povo paga hoje um alto preço social", concedendo prioridades favorecedoras das classes de altos rendimentos, "inclusive mediante formas requintadas de corrupção e suborno em direta oposição aos direitos do povo".

No capítulo referente ao compromisso político, diz o documento que a Igreja "não favorece a nenhum partido em especial", mas está comprometida com a consolidação democrática e como tal, "denunciará todas as formas de regulamentação eleitoral que distorçam a autenticidade da representação popular, sejam quais forem seus beneficiários".

A CNBB apoia as dioceses e regionais que se empenham na formação da consciência política do povo mas com esse apoio ela não endossa opções partidárias, "mas procura contribuir para uma participação cada vez maior do povo na condução do processo político..."

"O governo do Brasil assumiu o compromisso de plena restauração da democracia. Enfrentando a resistência de reduzidos mas poderosos grupos extremistas, sua autoridade se reforça pelo acatamento do povo brasileiro, para persistir na tarefa de redemocratização do País. Compete assim a esta autoridade reservar-se o monopólio do controle da força do Estado e não tolerar que grupos particulares exerçam ações violentas por conta própria, para defender opções e interesses políticos particulares sobre os destinos da Nação".

Com 29 itens, o documento recebeu várias emendas. A comissão de redação foi composta por três bispos (dom Cláudio Hummes, de Santo André, dom Aloísio Lorscheider, cardeal-arcebispo de Fortaleza e dom Orlando Dotti, de Barra-BA) e dois padres (Fernando Ávila e Martinho Lenz). (FSP - 29/8/81)